



Relato da reunião ordinária do CD EPSJV 17 de dezembro de 2020

PAUTA

Homenagem à Ana Margarida

A Direção iniciou a reunião com uma homenagem à professora Ana Margarida de Mello Barreto Campello (Lateps), que morreu no dia 21 de novembro. A coordenadora do Lateps também fez uma homenagem à Ana Margarida.

Regulamentação da movimentação de trabalhadores da EPSJV

O vice-diretor de Pesquisa e coordenador do GT sobre a regulamentação da movimentação de trabalhadores informou que o grupo se baseou em alguns documentos da Cogepe sobre o assunto para elaborar a proposta de política institucional da EPSJV sobre o tema. A primeira proposta foi encaminhada aos laboratórios e setores para que enviassem suas contribuições ao GT e, em seguida, as contribuições foram incorporadas ao documento.

O GT é formado por Sergio Oliveira (VDPDT), Mayrilan Rolin (SGP), Izabel Crespo (Latec), Ronaldo Travassos (Laborat) e Daniel Souza (Labform).

Logo após o início da apresentação do documento pelo coordenador do GT, a coordenadora do Labgestão disse que o laboratório havia feito uma proposta de encaminhamento sobre o documento, sugerindo que o documento se concentre nas orientações sobre o fluxo de movimentação de trabalhadores e não sobre os critérios para essa movimentação, pois esses critérios podem esbarrar na legislação vigente e, neste último caso, o trabalhador poderia recorrer a instâncias superiores em busca de seu direito de se movimentar.

O coordenador do Labform observou que a questão da movimentação dos trabalhadores atravessa os debates do CD EPSJV há algum tempo e que, em sua avaliação, a normatização não vai resolver todos os problemas, mas pode ajudar a conter o esvaziamento que vem acontecendo na Escola nos últimos anos. Ele disse que não se trata de demonizar a movimentação de trabalhadores, lembrando que a EPSJV também recebe servidores vindos de outras unidades e instituições, mas que é preciso ter um documento que oriente essa questão.

A coordenadora do Laborat disse que o seu laboratório considera que o processo de construção do documento foi acelerado e disse que o esvaziamento não acontece apenas na escola, mas em toda a Fiocruz, de acordo com os dados da Cogepe.

A coordenadora do Lateps disse que, historicamente, seu laboratório discorda dos encaminhamentos sobre essa questão definidos pelo CD EPSJV, incluindo a vedação de movimentação de trabalhadores até que o documento esteja pronto. Ela ressaltou que essa vedação pode acarretar uma celeridade que prejudica a construção da política institucional, além de impedir que os trabalhadores tenham suas demandas de movimentação atendidas durante esse período.

Ela disse que, além do direito do trabalhador poder se movimentar, é preciso levar em consideração também as questões políticas no interior da Escola que causaram a saída de alguns profissionais.

A coordenadora do Lateps também questionou até que ponto, a Direção atual, cujo mandato acaba em maio de 2021, e os coordenadores em exercício atualmente, cujos mandatos terminam em agosto de 2021, estão dispostos a assumir a responsabilidade de regulamentar um assunto tão delicado. Ela disse que o Lateps considera que esse momento de fim de mandatos não é apropriado para decisões como essa.

Ela destacou que, no contexto atual da pandemia, em que já há muito sofrimento das pessoas, não considera adequado que o CD EPSJV se responsabilize por colocar mais uma possibilidade de sofrimento para as pessoas que podem se sentir inseguras em relação à sua vida profissional, sem a possibilidade de fazer uma movimentação.

Sobre o conteúdo do documento, a coordenadora do Lateps questionou a criação de mais uma instância de deliberação, como está prevista na proposta de política institucional, para se somar às instâncias institucionais já existentes.

A representante do Lires disse que o laboratório considera que o documento deveria organizar o fluxo de movimentação e não estabelecer regras internas da unidade, pois os servidores são da Fiocruz e devem seguir as regras da instituição e não da unidade. Disse ainda que deve haver uma organização da gestão do trabalho na Escola e que o objetivo da política institucional não deve ser analisar o pedido de movimentação do servidor, pois, legalmente, não é possível saber se isso é permitido.

O coordenador do GT disse que as falas dos conselheiros eram pertinentes e que o GT chegou a discutir alguns dos pontos abordados pelos coordenadores. Ele destacou que é importante respeitar os direitos dos servidores, mas que os critérios apontados pela Cogepe podem ser discutidos pelo CD EPSJV para subsidiar as decisões dos conselheiros sobre as movimentações de trabalhadores.

Como as falas dos conselheiros questionaram a pertinência do documento, a Direção propôs a suspensão da discussão, mas lembrou que, nesse caso, o CD EPSJV ficaria com a responsabilidade de discutir cada caso de movimentação individualmente. Ela consultou os conselheiros sobre a suspensão da pauta e também sugeriu que o tema fosse discutido internamente nos laboratórios e setores.

O coordenador do Labform disse que a decisão do CD EPSJV é soberana, mas destacou que considerava problemática a suspensão da discussão diante do cenário atual de movimentação de trabalhadores na Escola. Ele lembrou que essa questão é antiga na Escola e vai continuar existindo, portanto, não via problemas dessa decisão ser tomada nos finais dos mandatos da Direção e dos coordenadores. O coordenador disse que se o CD EPSJV não deliberasse sobre o assunto agora, o problema continuaria existindo.

A Direção disse que concorda com a análise do coordenador do Labform e lembrou que a primeira instância de aceitação das movimentações de trabalhadores são os grupos de trabalho. Disse ainda que a Direção não tem permitido a movimentação de trabalhadores ligados à ela, por isso os casos nem chegam ao CD EPSJV, mas que isso não tem acontecido nos laboratórios e setores, que têm permitido a saída de seus trabalhadores, por isso, a movimentação vem para o CD EPSJV.

A Direção disse que a recusa da saída dos trabalhadores se deve ao fato de não haver expectativa de contratação de novos trabalhadores e nem de novos concursos públicos.

A coordenadora do Lateps lembrou que a votação sobre o veto da movimentação de trabalhadores até que o documento fosse elaborado foi quase empate, o que, em sua avaliação, já mostrava que havia questões sobre isso. Ela disse que valorizava e reconhecia o trabalho do GT, assim como dos laboratórios e setores que enviaram contribuições ao documento, mas que considerava que a discussão sobre o documento deveria ser suspensa e que a decisão de vetar as movimentações deveria ser revogada pelo CD EPSJV.

Ela questionou se é mesmo necessário estabelecer regras próprias para a movimentação de trabalhadores, considerando que já existe legislação sobre isso a qual a Fiocruz está subordinada.

O vice-diretor de Ensino disse que a Escola se acostumou, pelo processo de democracia interna, a não se satisfazer com as normalizações gerais e a criar algumas regras internas, mais adequadas ao perfil da EPSJV. Por isso, ele acha que um documento próprio pode beneficiar a Escola, mas considera que nenhuma normatização será capaz de conter a dinâmica institucional de movimentação dos trabalhadores.

A coordenadora do Laborat propôs que o CD EPSJV discutisse o documento, mas que não houvesse deliberação naquela reunião, antes de haver um retorno para novas discussões nos laboratórios e setores. Propôs também que se suspendesse a proibição de movimentação dos trabalhadores.

A representante do Latec disse que o laboratório já recebeu diversos trabalhadores de outras unidades da Fiocruz e que vivencia o movimento contrário, mas destacou que a discussão sobre isso deve ser mais ampliada.

A coordenadora do Labgestão disse que o documento elaborado pelo GT e as contribuições dos laboratórios e setores ajudam a aprofundar a discussão sobre o tema. Disse ainda que o laboratório considera que deve ser revogada a suspensão das movimentações de trabalhadores.

O CD EPSJV deliberou sobre a suspensão ou a manutenção da discussão, com o seguinte resultado:

Manutenção – 5 votos (Labform, Lic-Provoc, Latec, Direção e Lavsa)

Suspensão – 2 votos (Labman e Lires)

Abstenção – 3 votos (Lateps, Laborat e Labgestão)

Em seguida, foi decidido sobre a deliberação da pauta:

Sem deliberação – 6 votos (Lateps, Laborat, Labgestão, Lic-Provoc, Lavsa e Lires)

Com deliberação – 3 votos (Labform, Latec e Direção)

Abstenção – 1 voto (Labman)

Diante do resultado, o coordenador do Labform disse que considerava importante que fosse definido um prazo para que o assunto voltasse a ser pauta do CD EPSJV.

A Direção disse que o assunto poderia ser pautado novamente na primeira reunião de 2021, em fevereiro.

A coordenadora do Laborat disse que era preciso suspender a proibição da movimentação de trabalhadores e desvincular isso do tempo de aprovação do documento para que ele não fosse discutido às pressas em função da suspensão de movimentações. Ela disse que o assunto poderia voltar a ser discutido novamente na próxima reunião do CD EPSJV, mas que não deveria ser estabelecido um prazo para a conclusão do documento.

A representante do Lic-Provoc defendeu que fosse estabelecido um prazo para a conclusão do documento, sem a suspensão da movimentação, com deliberação na próxima reunião do CD EPSJV.

O coordenador do Labform também defendeu que fosse estabelecido um prazo para que o assunto não caísse no esquecimento e que as movimentações continuassem acontecendo sem critérios. Ele sugeriu que o assunto fosse deliberado na próxima reunião do CD EPSJV, quando também seria feita a liberação da movimentação.

Em seguida, o CD EPSJV deliberou sobre o tema, com o seguinte resultado:

Desvinculação do debate ao tempo institucional e liberação das movimentações de trabalhadores – 6 votos (Laborat, Lateps, Labman, Labgestão, Lires e Lavsa)

Vinculação do debate ao tempo institucional com manutenção do impedimento de movimentação e deliberação no próximo CD – 4 votos (Labform, Lic-Provoc, Direção e Latec)

A Direção solicitou que os coordenadores voltem a discutir o assunto nos laboratórios e setores e disse que o tema voltará a ser discutido na próxima reunião do CD EPSJV.

Planejamento do Programa de Pós-Graduação

A coordenadora do Programa de Pós-graduação da EPSJV fez uma apresentação sobre o planejamento do programa para o médio e longo prazo. Ele lembrou a discussão iniciada em 2019 no CD EPSJV, quando apresentou aos conselheiros a nova modalidade de avaliação da Capes, que, entre outras coisas, exige um planejamento estratégico e uma autoavaliação do programa, que precisa ser feita juntamente com a Escola e não, isoladamente, pelo programa.

Ela explicou que, com o novo modelo de avaliação, a produção dos egressos e dos docentes precisa ser acompanhada mais de perto e, com isso, também houve a necessidade de recompor a equipe da pós-graduação para cumprir as exigências da Capes, preenchendo as plataformas e fazendo o acompanhamento de egressos por um período maior do que era feito anteriormente. A coordenadora disse que a equipe foi recomposta, a partir de janeiro de 2020, e que tem conseguido fazer o trabalho necessário, assim como fazer as atividades do ensino remoto emergencial de maneira adequada.

A coordenadora ressaltou que o planejamento para médio prazo não é só da pós-graduação, mas da Escola como um todo, pois os docentes da pós-graduação estão, quase em sua totalidade, lotados nos laboratórios. Devido a isso, o planejamento deve ser integrado para que possam exercer suas atividades na pós-graduação e nos laboratórios sem que haja sobrecarga do docente e também sem que se deixe de assumir seus compromissos com a pós-graduação da EPSJV. Ela destacou que é importante haver um acordo entre as coordenações da pós-graduação e dos laboratórios nesse sentido.

Para o longo prazo, a coordenadora destacou que é preciso pensar coletivamente nos rumos do Programa de pós-graduação da EPSJV, para que o programa trabalhe em parceria com toda a Escola, inclusive no planejamento de novos cursos ou na reformulação dos já existentes, de acordo com as necessidades identificadas e a experiência já adquirida pelo programa em formações anteriores.

O vice-diretor de Ensino lembrou que essa apresentação também foi feita na CT de Ensino e que foi trazida também ao CD EPSJV para ampliar a discussão sobre a pós-graduação na Escola.

A representante do Lic-Provoc disse que é sempre importante discutir os processos formativos da Escola, incluindo a pós-graduação, e que deve ser feita uma pactuação para conciliar as necessidades da pós-graduação e dos laboratórios em relação aos docentes.

A coordenadora do Labgestão também reforçou a importância de se discutir coletivamente o planejamento da pós-graduação, lembrando que os docentes que participam do programa acabam tendo um acúmulo de tarefas e nem sempre conseguem se dedicar da maneira que gostariam ao programa.

A Direção disse que o planejamento conjunto da pós-graduação é um desafio e que também é preciso pensar no papel da EPSJV na formação docente.

O coordenador do Labman lembrou que é um egresso de diversos cursos do Programa de Pós-graduação da EPSJV e que os cursos foram fundamentais para sua formação. Ela também destacou a importância de que a Escola retome o curso de Especialização em Docência.

A coordenadora da pós-graduação disse que a demanda pelo curso de Especialização em Docência é frequente, inclusive para os professores da própria EPSJV, e que ela precisa ser pensada dentro do planejamento da pós-graduação.

A Direção destacou que é importante que essa discussão retorne ao CD EPSJV, assim como seja apresentada aos conselheiros a avaliação do programa de pós-graduação no último quadriênio.

A coordenadora da pós-graduação informou que, nos dias 23 a 25 de fevereiro, será realizado, de forma remota, o Seminário da Pós-graduação da EPSJV, evento que é realizado anualmente para avaliação e planejamento do trabalho do Programa.

Posicionamento da Escola frente à atual Conjuntura – Política Nacional de Saúde Mental e Política Nacional de Formação de ACS e ACE

O vice-diretor de Ensino relatou que foi realizada uma reunião com representantes de algumas Escolas Técnicas do SUS (ETSUS) para discutir sobre a nova Política Nacional de Formação dos ACS e ACE. Ele lembrou que as ETSUS não participaram da construção dessa nova proposta de formação que, na avaliação delas, não traz benefícios para o SUS e nem para a educação profissional em saúde.

Na reunião, foi indicada a elaboração de um manifesto com uma análise da conjuntura atual de formação desses trabalhadores e com uma proposta de reorganização dessa formação, de acordo com os princípios do SUS. O documento será encaminhado aos secretários municipais e estaduais de Saúde para que tenham conhecimento das ameaças que o SUS está enfrentando.

A Direção disse que o CD Fiocruz também fez uma análise da conjuntura atual e realizou um debate político sobre o desenvolvimento das vacinas contra a Covid-19. Ela informou que a vacina da Fiocruz está em fase final de testes e que deve ter 100 milhões de doses produzidas pela Fiocruz no primeiro semestre de 2021.

A coordenadora do Laborat sugeriu que o CD EPSJV deveria ter um posicionamento oficial sobre a Política Nacional de Saúde Mental e Política Nacional de Formação de ACS e ACE para ser levado ao CD Fiocruz e respaldar o posicionamento da Fundação em relação ao tema. Disse ainda que a Fiocruz deveria apoiar o documento elaborado pelas ETSUS e que a Direção da EPSJV poderia abrir um diálogo com sindicatos e gestores sobre a formação dos ACS e ACE.

A coordenadora do Lateps também reforçou a ideia de que é preciso ter um documento oficial da EPSJV sobre essas questões para ser levado ao CD Fiocruz e sugeriu que ele fosse construído pelos profissionais da Escola que estão mais ligados a essa formação.

A Direção disse que é importante que os conselheiros recebam as informações dos especialistas nos assuntos para que a Direção possa levar os temas para debate no CD Fiocruz.

INFORMES

Auto-declaração de Saúde

O vice-diretor de Gestão explicou que o preenchimento da auto-declaração de saúde está previsto na IN 109/2020, que estabelece as orientações quanto ao retorno gradual e seguro ao trabalho em modo presencial de servidores e empregados públicos, a partir do dia 3 de novembro de 2020.

Ele informou que a Fiocruz ainda não se pronunciou quanto ao retorno das atividades presenciais, mas que, de acordo com a IN 109/2020, a presença de trabalhadores não pode ultrapassar 50% do limite de sua capacidade física e com distanciamento mínimo de um metro entre as pessoas.

Alem da auto-declaração de saúde, os pais ou responsáveis de menores em idade escolar também devem preencher uma auto-declaração informando essa situação.

A Direção informou que a Cogepe aguarda a deliberação do CD Fiocruz sobre o retorno das atividades presenciais em toda a Fiocruz.

Portal Gov.Br

A Direção informou que a questão da migração dos sites institucionais para o Portal Gov.Br foi levada ao CD Fiocruz como um informe qualificado. Por conta da pandemia, o governo federal ampliou o prazo para que seja feita a migração do Portal Fiocruz, mas não definiu uma data para isso.

A Direção da EPSJV e do ICICT alertaram ao CD Fiocruz que esse tema deve ser discutido no CD Fiocruz, pois envolve a perda de autonomia da Fiocruz em relação ao seu atual portal na internet, além de poder gerar a perda de parte do conteúdo já publicado no Portal Fiocruz ao longo dos anos.

A Presidência da Fiocruz disse que o momento é delicado para discutir esse assunto com o governo federal por causa do processo eleitoral na Fundação, que ainda está em andamento, mas se comprometeu a tratar do tema novamente no CD Fiocruz com uma discussão mais ampliada do assunto.

Informe da Câmara Técnica de Pesquisa da Fiocruz

O vice-diretor de Pesquisa informou que, no dia 7 de dezembro, foi realizada uma reunião da CT de Pesquisa da Fiocruz que teve como pauta o balanço de gestão dos últimos quatro anos e os apontamentos e perspectivas para a próxima gestão da Fiocruz. Além do balanço de 2020, a VPPCB abriu espaço para que a GESTEC/NIT fizesse uma fala sobre a importância da ampliação do processo de incubação de empresas no interior da Fiocruz e que, em 2020, as empresas que se constituíram foram de grande importância para a instituição, principalmente por conta do Projeto INOVA Labs, que conferiu essa possibilidade.

As perspectivas para 2021 ficaram de ser apresentadas na primeira CT de Pesquisa de 2021 com a possibilidade de ampliação do projeto, a depender do orçamento da instituição. Essa iniciativa é uma parceria entre a VPPCB e VPPIS, por meio da GESTEC.

Portarias do Ensino

O vice-diretor de Ensino informou que foram publicadas duas portarias da EPSJV para regulamentar questões do Ensino no contexto da emergência sanitária de Covid-19. A Portaria 39/2020 normatiza as atividades de estágio do CTNMS e a Portaria 40/2020 normatiza a ausência de oferta da disciplina de Atividades Diversas no CTNMS.

Plano de Comunicação da vacina

A coordenadora da CCDE informou que participou de uma reunião com a CCS sobre o Plano de Comunicação da vacina. Na reunião, a CCS solicitou o apoio de todas as unidades na divulgação das ações, a fim de esclarecer à população e evitar as fake news sobre o tema. Serão produzidos diversos tipos de materiais pela CCS e também pelas unidades. O objetivo é que haja um discurso unificado sobre a vacina em toda a Fiocruz.

Pauta da Revista Poli

A coordenadora da CCDE informou que houve mudanças na pauta da Revista Poli (edição jan/fev 2021) e que, com isso, a matéria de capa passou a ter como tema o Programa Nacional de Imunização (PNI), que completa 45 anos em 2021, e os desafios que ele irá enfrentar para a vacinação contra a Covid-19.

A matéria de capa sobre os desafios dos novos gestores municipais em relação à saúde, educação e orçamento foi transformada em uma matéria menor e a seção "O que é, o que faz" será sobre a função das Câmaras de Vereadores.

Haverá também uma matéria sobre o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, que foi aprovado recentemente e tem questões sobre a EAD, e uma entrevista sobre a segunda onda da Covid-19, com Ana Cláudia Fassa, professora do Programa de Pós-graduação em Epidemiologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPeI) e diretora da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco).

Em seguida, a coordenadora apresentou a pauta da edição seguinte da Revista Poli (mar/abr 2021) para apreciação e aprovação do CD EPSJV. A proposta de pauta para a próxima edição é uma matéria de capa sobre os desafios para a atenção básica no controle da Covid-19.

Haverá também uma matéria sobre o andamento da reforma do ensino médio em meio à pandemia, outra sobre os 20 anos da Lei da Reforma Psiquiátrica e uma sobre o mercado e as condições de trabalho para a juventude no período da pandemia. Dando continuidade ao tema da vacinação, há duas propostas de pauta, que serão definidas de acordo com a conjuntura de janeiro de 2021. Uma delas aborda a questão da vigilância de eventos adversos na vacinação e a outra trata do Complexo Econômico-Industrial da Saúde.

A seção "Almanaque" vai trazer perguntas e respostas para desmentir fake news sobre vacinas e ainda serão definidos os temas das seções "Dicionário" e da entrevista da edição, assim como quem será o entrevistado.

O CD EPSJV aprovou a pauta e a coordenadora da CCDE solicitou aos conselheiros que tiverem sugestões sobre a pauta que enviem para o e-mail da CCDE.

Comissão editorial da Revista Poli

A coordenadora da CCDE informou que, atualmente, a Comissão Editorial da Revista Poli tinha apenas dois membros – Alexandre Pessoa (Lavsa) e um representante do Grêmio Estudantil. Bianca Leandro (Lires) deixou a comissão quando deixou a coordenação do laboratório e Marise Ramos (Lateps) pediu para deixar a comissão por causa de outras demandas.

A coordenadora da CCDE destacou que as trocas com a comissão são muito produtivas para a produção das pautas e solicitou que outros conselheiros se integrem à comissão para que ela volte a ter mais integrantes. Disse ainda que, se os conselheiros considerassem pertinente, que outros profissionais do laboratório também poderiam se juntar à comissão.

A coordenadora do Lateps disse que não considerava pertinente a inclusão de integrantes na comissão que não sejam coordenadores de laboratório, pois, quando a comissão foi criada, o objetivo era respaldar as decisões editoriais da Revista Poli e, em sua avaliação, essa tarefa não deve ser assumida por outros que não sejam os coordenadores de laboratório. Disse ainda que, em sua avaliação, o papel da comissão deveria ser rediscutido pelo CD EPSJV, pois considerava que a comissão não era mais necessária e que o próprio CD poderia assumir esse papel.

A coordenadora da CCDE explicou que o CD EPSJV é o Conselho Editorial da Revista Poli, mas que há pouca troca com o CD, ao contrário do que acontece com a comissão, que trabalha mais próxima dos jornalistas que fazem a revista. Ela reforçou que a CCDE gostaria que a comissão continuasse e reforçou o pedido para que o CD EPSJV indicasse novos membros para recompor a comissão.

Presentes

Alexandre Moreno (Labman)
Alexandre Pessoa (Lavsa)
Ana Cristina Reis (Lires)
Anakeila Stauffer (Direção)
André Dantas (Labform)
Camila Borges (Laborat)
Carlos Maurício (VDEI)
Helifrancis Condé (CCI)
José Orbílio (VDGDI)
Marcela Pronko (Pós-graduação) - convidada

Marise Ramos (Lateps)
Mônica Murito (Latec)
Páulea Zaquini (Lic-Provoc)
Raquel Moratori (Labgestão)
Sergio Oliveira (VDPDT)